

e na função pública (até à data de publicação do presente aviso);

- c) Habilitações literárias;
- d) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por considerar relevantes para a apreciação do seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal, os quais serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;
- e) Identificação do concurso a que se candidata;
- f) Declaração, sob compromisso de honra, em que possui os requisitos gerais de admissão ao concurso, a que se refere os n.ºs 1 e 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- g) Indicação dos documentos anexos ao requerimento.

9.1 — O requerimento de admissão, elaborado de acordo com a minuta anexa, será acompanhado obrigatoriamente da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, donde constem, nomeadamente, as funções que exerce e as que desempenhou anteriormente e correspondentes períodos, bem como a formação profissional complementar, referindo as acções finalizadas, a sua duração e respectiva comprovação, através de documento autêntico ou autenticado;
- b) Declaração emitida pelo serviço, devidamente actualizada e autenticada, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo, a categoria que detém e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública (até à data de publicação do presente aviso);
- c) Declaração emitida pelo serviço especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades cometidas ao funcionário, bem como o período a que as mesmas se reportam, para avaliar a identidade do conteúdo funcional;
- d) Certificado, autêntico ou autenticado, das habilitações literárias e profissionais que possui;
- e) Fotocópia do bilhete de identidade.

9.2 — A falta de apresentação dos documentos exigidos no presente aviso implica a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.3 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar os elementos que considere necessários relativos aos candidatos, designadamente a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

9.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos nos requerimentos serão punidas nos termos da lei.

10 — A relação dos candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas por afixação no local referido no n.º 7 do presente aviso, nos termos dos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr.ª Maria Filomena Serras Pereira Furtado, directora de serviços.

Vogais efectivos:

- 1.º Dr. Paulo Miguel P. Gonçalves, chefe de divisão.
- 2.º Dr.ª Ana Catarina Correia, directora de serviços.

Vogais suplentes:

- 1.º Maria Fernanda Lopes, assessora principal.
- 2.º Dr. José Manuel B. Pereira, chefe de divisão.

11.1 — A presidente do júri será substituída nas suas faltas ou impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

12 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

23 de Novembro de 2005. — A Direcção: *José Pedro Ribeiro*, presidente. — *Leonor Silveira*, vice-presidente.

Minuta do requerimento

Ex.º Sr. Presidente da Direcção do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia

Nome completo: ...

Estado civil: ...

Filiação: ...

Naturalidade (freguesia e concelho): ...

Nacionalidade: ...

Data de nascimento: ...
Portador do bilhete de identidade n.º ..., de ..., emitido pelo arquivo de identificação de ..., válido até ...

Contribuinte fiscal n.º ...

Residente (rua/avenida, número, andar, código postal): ...

Telefone/telemóvel n.º ...

Habilitações literárias: ...

Organismo a que está vinculado: ...

Tipo de vínculo: ...

Carreira e categoria: ...

Antiguidade na categoria, na carreira e na função pública (até à data de publicação do presente aviso): ...

Classificação quantitativa de serviço nos últimos três anos: ...

Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito: ...

vem solicitar a V. Ex.ª se digne admiti-lo(a) ao concurso ... (tipo de concurso), para o preenchimento de ... (vagas) na categoria ..., da carreira ..., do quadro de pessoal do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia, conforme o aviso n.º .../200... (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º ..., de ... de ... de 200... , declarando que reúne todos os requisitos legalmente exigidos e anexando para o efeito os seguintes documentos:

...

Pede deferimento.

...

(Data e assinatura.)

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO

Despacho (extracto) n.º 25 089/2005 (2.ª série). — Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 54.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, e considerando a anuência do serviço de origem nomeio Zita Maria Martins Tomás, técnica de justiça-adjunta do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, em comissão de serviço, com efeitos a 21 de Novembro de 2005, para o Tribunal da Relação do Porto. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — O Presidente da Relação do Porto, *J. Correia de Paiva*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Deliberação (extracto) n.º 1596/2005. — Por deliberação do plenário do Conselho Superior da Magistratura de 8 de Novembro de 2005, foram efectuadas as seguintes nomeações:

Supremo Tribunal de Justiça:

Dr. Urbano Aquiles Lopes Dias, juiz desembargador do Tribunal de Relação de Lisboa — nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

Dr. João Moreira Camilo, juiz desembargador do Tribunal de Relação de Lisboa — nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

Dr. Paulo Armínio de Oliveira e Sá, procurador-geral-adjunto — nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

Dr. José Manuel Cardoso Borges Soeiro, juiz desembargador do Tribunal da Relação de Évora — nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

23 de Novembro de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

Rectificação n.º 1991/2005. — Por ter ocorrido lapso na publicação do aviso n.º 10 270/2005 (2.ª série), inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 222, de 18 de Novembro de 2005, a p. 16 133, col. 1.ª, rectifica-se que onde se lê «9 — Nos termos do artigo [...] período de 20 dias após a publicação» deve ler-se «9 — Nos termos do artigo [...] período de 20 dias úteis após a publicação».

22 de Novembro de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Despacho (extracto) n.º 25 090/2005 (2.ª série). — Por despacho do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo de 21 de Novembro de 2005:

João Carlos Marques da Silva, secretário de justiça do Supremo Tribunal Administrativo — autorizado o exercício de funções, em

regime de substituição, como secretário de Tribunal Superior, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2005.

22 de Novembro de 2005. — O Administrador, *Rogério Paulo Martins Pereira*.

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação n.º 1597/2005. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 21 de Novembro de 2005:

Dr. Viriato Manuel Pinheiro de Lima, juiz conselheiro da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo — renovada, pelo período de dois anos, a licença especial para o exercício das funções de juiz no Tribunal de Última Instância da Região Administrativa Especial de Macau, com efeitos a partir de 20 de Dezembro de 2005. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

Deliberação n.º 1598/2005. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 21 de Novembro de 2005:

Dr. João Pedro Araújo Cordeiro, juiz conselheiro da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo — desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilização. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

TRIBUNAL DE CONTAS

Gabinete do Presidente

Despacho n.º 25 091/2005 (2.ª série). — Pelo despacho DP n.º 73/2005 de 24 de Novembro:

Juíza conselheira além do quadro Helena Maria Ferreira Lopes — nomeada, em comissão permanente de serviço, juíza conselheira do quadro do Tribunal de Contas. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Guilherme Waldemar Pereira d'Oliveira Martins*.

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 25 092/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 11 de Novembro de 2005:

Doutor Mário Carlos Fernandes Avelar, professor associado com agregação de nomeação definitiva do quadro de pessoal docente da Universidade Aberta — nomeado definitivamente, precedendo concurso, professor catedrático (área de Estudos Ingleses e Americanos), do quadro de pessoal docente da mesma Universidade, com vencimento correspondente ao escalão 2, índice 300, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir da data do despacho, considerando-se exonerado da categoria anterior. (Isento de visto do Tribunal de Contas, atento o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

15 de Novembro de 2005. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 25 093/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 25 de Outubro de 2005:

Doutora Maria Alexandra Saramago Castelo Branco Trindade Gago da Câmara, professora auxiliar de nomeação provisória, com contrato administrativo de provimento nesta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 1 a 4 de Dezembro do corrente ano.

15 de Novembro de 2005. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 25 094/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 20 de Outubro do corrente ano:

Doutora Ana Paula Ribeiro Ferreiro Menino Avelar, professora auxiliar de nomeação definitiva em comissão de serviço extraordinária nesta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 1 a 4 de Dezembro do corrente ano.

18 de Novembro de 2005. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 25 095/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 18 de Novembro do corrente ano:

Doutor Carlos Castilho Pais, professor auxiliar de nomeação provisória com contrato administrativo de provimento nesta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 30 de Novembro a 1 de Dezembro do corrente ano.

21 de Novembro de 2005. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 25 096/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 21 de Novembro de 2005:

Doutora Maria João Violante Branco, professora auxiliar de nomeação provisória, em regime de contrato administrativo de provimento, a exercer funções nesta Universidade — nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 23 de Outubro próximo passado.

Relatório a que se refere o n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Considerando a actividade científica e pedagógica desenvolvida no quinquénio de 2000 a 2005, descrita no relatório apresentado pela Doutora Maria João Violante Branco, professora auxiliar da Universidade Aberta, e tendo sido ponderados os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do referido relatório, elaborados e subscritos pelas Doutoras Maria Helena da Cruz Coelho, professora catedrática do Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e Maria José Ferro Tavares, professora catedrática da Universidade Aberta, os professores catedráticos, associados e auxiliares com nomeação definitiva da Universidade Aberta em exercício efectivo de funções e presentes na reunião do conselho científico de 16 de Novembro do corrente ano deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva da Doutora Maria João Violante Branco.

16 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Científico, *Alexandre Gomes Cerveira*.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2005. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares*.

Despacho (extracto) n.º 25 097/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 21 de Novembro de 2005:

Doutora Adelaide Maria Pacheco Lopes Pereira Millan da Costa, professora auxiliar de nomeação provisória, em regime de contrato administrativo de provimento, a exercer funções nesta Universidade — nomeada definitivamente na mesma categoria, com efeitos a partir de 24 de Outubro próximo passado.

Relatório a que se refere o n.º 2 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Considerando a actividade científica e pedagógica desenvolvida no quinquénio de 2000 a 2005, descrita no relatório apresentado pela Doutora Adelaide Maria P. Lopes Millan Costa, professora auxiliar da Universidade Aberta, e tendo sido ponderados os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do referido relatório, elaborados e subscritos pelos Doutores Armando Luís Gomes Carvalho Homem, professor catedrático do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e Maria José Ferro Tavares, professora catedrática da Universidade Aberta, os professores catedráticos, associados e auxiliares com nomeação definitiva da Universidade Aberta em exercício efectivo de funções e presentes na reunião do conselho científico de 16 de Novembro do corrente ano deliberaram, por maioria, a favor da nomeação definitiva da Doutora Adelaide Maria P. Lopes Millan Costa.

16 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Científico, *Alexandre Gomes Cerveira*.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2005. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares*.